



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15855 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NEGROS/AS E BRANCOS/AS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IFES

José Ricardo Mariano de Souza - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 Marileide Gonçalves França - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NEGROS/AS E BRANCOS/AS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO IFES

O acesso à educação no Brasil foi marcado por processos de interdição e exclusão dos da maioria da população: negros/as, mulheres, pessoas com deficiência, pobre entre outros, considerando que a escolarização era destinada a um número reduzido de cidadãos: homens, brancos pertencentes a aristocracia brasileira. Séculos de escravização e hierarquização racial aprofundaram as desigualdades entre negros/as e brancos/as no Brasil e impuseram processos diferenciados ao acesso ao ensino médio/técnico e superior. A negligência do Estado em desenvolver políticas para garantir direitos à população afro-brasileira levou à formação de movimentos de luta contra a opressão, discriminação e racismo (Bento, 2002; Domingues, 2005). No início do século XX o movimento negro já reconhecia a educação enquanto ferramenta capaz de promover a formação da identidade social, política e científica da população negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e, posteriormente, o Movimento Negro Unificado (MNU) lutaram pelo direito ao acesso à educação e pela criação de políticas de ações afirmativas (Gonçalves e Silva, 2000). Entre as conquistas do movimento negro nas políticas de ações afirmativas, destaca-se a lei nº 10.639/2003, que inclui a história e cultura afro-brasileira no currículo escolar e a lei nº 12.711/2012, que reserva vagas em instituições federais para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Contudo, observa-se na

literatura que a maioria dos estudos sobre políticas afirmativas concentra-se na análise da Lei nº 12.711/2012 no contexto do ensino superior. Nesse sentido, esse estudo objetiva compreender como se constituíram as relações raciais ao longo da trajetória de escolarização de estudantes negros/as e brancos/as, egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFES, campus de Alegre, no período de 2020 a 2023, que ingressaram na instituição a partir do sistema de reserva de vagas. Para tanto, partimos do pressuposto que o racismo, segundo Munanga (2003) se constitui na crença da existência de raças em superiores e inferiores; e se operacionaliza nas relações raciais na sociedade brasileira, inclusive no contexto educacional. Segundo Jaccoud (2008), o processo de escolarização do/a estudante negro/a é marcado por preconceito e discriminação. Nesse contexto, a branquitude garante privilégios intergeracionais, resultando em melhores níveis de escolaridade e emprego para estudantes brancos/as (Schucman, 2014). Desse modo, urge a necessidade de assegurar condições materiais e simbólicas para a permanência dos/as estudantes negros/as nas instituições de ensino (Almeida, 2019). Para realização dessa pesquisa de natureza qualitativa (Minayo, 2009), optamos pelo estudo de caso (André, 2005). Entre os instrumentos de produção de dados elencamos a consulta documental e a entrevista narrativa. As entrevistas narrativas serão conduzidas com estudantes egressos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, que ingressaram na instituição por meio do sistema de reserva de vagas, conforme a metodologia proposta por Jovchelovitch e Bauer (2001). A análise documental, ainda em desenvolvimento, mostrou que o IFES, desde 2017, a partir da Resolução nº10 do Conselho Superior, adotou as políticas afirmativas nos cursos de pós-graduação, reservando 25% das vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e 5% para estudantes com deficiência. Em 2019, foi criada a Comissão Permanente de Verificação da Autodeclaração para apoiar a verificação complementar de autodeclaração de estudantes negros/as. Em cumprimento à Lei nº 10.639/2003, a Resolução nº202/2016 instituiu a política de educação para as relações étnico-raciais no IFES, orientando os campi na organização de currículos e projetos pedagógicos e na construção de indicadores para acompanhar a Lei 12.711/2012. A pró-reitora de ensino, em parceria com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) instituídos pela resolução do Conselho Superior nº 27/2020, começaram a desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão voltados à educação das relações étnico-raciais. Desse modo, observamos que a temática étnico-racial está prevista nos documentos normativos da instituição, de modo a garantir acesso e permanência dos/as estudantes que entram pelo sistema de reserva de vagas.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Raciais; Políticas Públicas; Políticas de ações afirmativas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural** (Feminismos Plurais). São Paulo. Pólen, 2019, 264 p.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de abordagem qualitativa de pesquisa. **Etno-grafia da prática escolar**. Campinas, São Paulo. 1995, p. 27-33.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A.

S. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.

Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930).

Diálogos latino-americanos, p. 116-131, 2005.

GONÇALVES, L. A. O; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15, p. 134-158, 2000.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**, v. 120, p. 131-166, 2008.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. v. 4, p. 90-113.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-29

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014. 192 p.